

O papel da educação nas masculinidades: a reconstrução das masculinidades com homens autores de violência contra as mulheres

YSSLARIANE NIESLEY BEZERRA SANTOS¹

DARLAN DO NASCIMENTO LOURENÇO²

Resumo

O objetivo deste trabalho é analisar como práticas educativas direcionadas à conscientização das relações de gênero entre homens autores de violência podem contribuir para a redução da reincidência dos ciclos de violência. Para isso, foi realizada uma pesquisa investigativa bibliográfica de abordagem quali-quantitativa através da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), na tentativa de investigar quais intervenções educativas, no contexto de conscientização sobre as relações de gênero, são aplicadas com homens autores de violência no Brasil. Os resultados revelam uma escassez de pesquisas acadêmicas externas para essas práticas. Além disso, destacaram-se temas recorrentes, como: a naturalização da violência pelos homens que a praticam; a influência das masculinidades na perpetuação de comportamentos agressivos; e a ausência de educação sexual direcionada a esse público. Vale destacar que, até o momento, não há análises de longo prazo sobre os impactos dessas práticas educativas nos homens após sua participação. Contudo, evidências obtidas por meio de depoimentos de psicólogos que atuam em grupos com esses homens apontam para transformações significativas. Entre elas, destacam-se a reconstrução de ideias inovadoras sobre masculinidade e o desenvolvimento de um maior contato com as próprias emoções, promovido pelo processo psicoeducativo. Desta forma, conclui-se que a educação é uma ferramenta essencial para promover mudanças nos comportamentos relacionados às violências de gênero, reforçando a necessidade de ampliar e aprofundar estudos sobre a temática. Palavras-chave: Homens autores de violência. Educação. Relações de gênero. Masculinidades.

The role of education in masculinities: the reconstruction of masculinities with men who commit violence against women

Abstract

The purpose of this study is to examine how educational interventions aimed at fostering awareness of gender relations among men who have perpetrated violence may contribute to breaking the recurrence of violent cycles. To achieve this, a mixed-methods bibliographic investigation was conducted using the Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations (BDTD), with the goal of identifying which educational approaches, focused on gender-awareness, are implemented with male perpetrators of violence in Brazil. Findings indicate a notable scarcity of external academic research on such initiatives. Recurring issues emerged, including the normalization of violence by the men who engage in it; the role of dominant masculinity norms in sustaining aggressive behaviors; and the lack of sexual education tailored to this demographic. Notably, no long-term evaluations have yet been conducted on the sustained impact of these educational programs after participants complete them. Nevertheless, qualitative evidence drawn from the testimonies of psychologists facilitating these groups points to meaningful transformations. These include the reframing of masculinities in more inclusive and non-violent terms, as well as the development of greater emotional self-awareness, fostered through psychoeducational processes. Overall, the study concludes that education constitutes a critical tool for driving behavioral change in relation to gender-based violence, underscoring the need to broaden and deepen scholarly inquiry into this field.

Keywords: Male perpetrators of violence. Education. Gender relations. Masculinities.

El papel de la educación en las masculinidades: la reconstrucción de las masculinidades con hombres que ejercen violencia contra las mujeres

Resumen

El objetivo de este trabajo es analizar cómo las prácticas educativas orientadas a la concienciación sobre las relaciones de género entre hombres autores de violencia pueden contribuir a la reducción de la reincidencia en los ciclos de violencia. Para ello, se realizó una investigación bibliográfica de carácter cualitativo-cuantitativo a través de la Biblioteca Digital Brasileña de Tesis y Disertaciones (BDTD), con el propósito de indagar qué intervenciones educativas, en el contexto de la con-

cienciación sobre las relaciones de género, se aplican a hombres autores de violencia en Brasil. Los resultados revelan una escasez de investigaciones académicas externas sobre estas prácticas. Asimismo, se destacaron temas recurrentes, tales como: la naturalización de la violencia por parte de los hombres que la ejercen; la influencia de las masculinidades en la perpetuación de conductas agresivas; y la ausencia de educación sexual dirigida específicamente a este público. Cabe señalar que, hasta el momento, no existen análisis a largo plazo sobre los impactos de estas prácticas educativas en los hombres después de su participación. Sin embargo, las evidencias obtenidas a partir de los testimonios de psicólogos que trabajan con grupos de estos hombres apuntan a transformaciones significativas. Entre ellas, sobresalen la reconstrucción de ideas innovadoras sobre la masculinidad y el desarrollo de un mayor contacto con las propias emociones, promovido por el proceso psicoeducativo. De este modo, se concluye que la educación constituye una herramienta esencial para promover cambios en los comportamientos relacionados con las violencias de género, reforzando la necesidad de ampliar y profundizar los estudios sobre esta temática.

Palabras clave: Hombres autores de violencia. Educación. Relaciones de género. Masculinidades.

Introdução

O objetivo deste trabalho é elaborar uma investigação acerca do desenvolvimento de práticas educativas voltadas para homens autores de violência enquanto estratégia de enfrentamento à violência contra as mulheres. Nesse sentido, considera-se que a educação constitui um alicerce fundamental para a (re)construção das visões de mundo, promovendo a equidade entre os indivíduos, formas saudáveis de relacionamento e, consequentemente, redução dos sofrimentos gerados pelas aprendizagens e reproduções de masculinidades sustentadas pelas estruturas patriarcais vigentes.

Entre as diversas manifestações da violência, a violência de gênero se destaca como uma ramificação significativa. O termo “gênero” é amplo e norteador para compreender as questões relacionadas às violências contra as mulheres, podendo ser discutido e debatido por diversas perspectivas teóricas. Conforme Scott (1995), o gênero é construído a partir das relações sociais estabelecidas nas diferenciações entre o que é aprendido como “feminino” e “masculino”. Por outro lado, Butler (2019) define o gênero como resultado de atos e comportamentos repetidos, ou seja, performances culturais construídas e que, por isso, são fluidas e sujeitas a mudanças.

A violência contra as mulheres é, portanto, uma questão de saúde pública que precisa ser debatida com urgência. Seus impactos são severos, causando danos psicológicos, sociais e interpessoais, tanto nas vítimas quanto em seus familiares. No território brasileiro, a violência vive em um estado de vasta naturalização de seus fenômenos, apesar de se mostrar alarmante e preocupante. Esse fato, por muitas vezes, colabora para que mesmo aquelas que tiveram seus direitos básicos violados, postas em lugares de “objeto”, e não mais de sujeitos de ação de suas próprias histórias, possam ser julgadas socialmente como (co)responsáveis pelos atos violentos.

Conforme a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, às violências experimentadas pelas mulheres como consequência dessas estruturas podem ser tipificadas em: física, psicológica, sexual, patrimonial e moral. As violências físicas são compreendidas por condutas que tenham a intenção de prejudicar a integridade física; as psicológicas são atitudes verbais que podem causar prejuízos à saúde mental e à autonomia do sujeito; a sexual é entendida como atos não desejáveis e sem consentimento em manter, presenciar e/ou participar de relações sexuais ou de ações que privem o exercício dos direitos sexuais e reprodutivos; a violência patrimonial é caracterizada por meio de comportamentos com a intenção de reter, diminuir ou destruir parcial ou totalmente qualquer bem ou pertence; por fim, a violência moral é denominada como toda e qualquer ação que tenha como objetivo principal difamar ou caluniar a integridade do sujeito (Brasil, 2006).

Dadas as tipificações, vale ressaltar que as violências não são necessariamente vivenciadas de forma isolada; constantemente elas acontecem de maneira simultânea. Segundo Saffioti (2015), independentemente do tipo de violência, sobretudo na de gênero, a violência de cunho psicológico e moral estará inevitavelmente presente devido à fragmentação da integralidade do ser mulher em virtude dos paralelos traçados pelas sujeições aos homens.

Dentro desses arranjos, existem desdobramentos nos marcadores sociais que impactam e influenciam de formas diferentes os sujeitos inseridos, não podendo ser tratados e expressos da mesma maneira. Saffioti (2015) define a metáfora do “nó”, formada a partir de três diferentes eixos, como condições básicas sociais, quais sejam: gênero, raça/etnia e classe social. Para a socióloga, as articulações em torno da compreensão desses polos são entendidas como retroalimentadores da estrutura patriarcal que influenciam a complexa vivência das relações e na consolidação das desigualdades.

Diante desses fatores, a interseccionalidade surge como um conceito essencial para abordar a problemática da violência contra as mulheres. Essa perspectiva oferece uma análise aprofundada que integra noções singulares e pluralistas, considerando questões de raça nos debates sobre gênero e direitos humanos, bem como questões de gênero nos debates sobre raça e direitos humanos (Crenshaw, 2004). Assim, torna-se uma reflexão fundamental sobre a pluralidade inerente ao conceito de “ser mulher”, confirmando que múltiplas formas de opressão podem ocorrer simultaneamente. Esses fatores impactam diretamente as estatísticas e as dinâmicas que definem quem são as pessoas mais vulneráveis à violência (Kyrillo, 2020).

Nesse sentido, as estruturas sociais de ordem patriarcal não apenas se alimentam e permeiam os mecanismos de anulação das subjetividades e do pertencimento dos corpos femininos, mas também moldam as construções históricas e culturais das masculinidades (Saffioti, 1999; Scott, 1995). Conforme apontado por Connell e Messerschmidt (2013), essas masculinidades variam no tempo e no espaço, sendo a hegemonia masculina uma forma de organização que não só legitima a dominação masculina sobre as mulheres, mas também a subordinação de outros grupos, como a comunidade LGBTQIA+.

Welzer-Lang (2001) expõe que a construção das masculinidades influencia diretamente a reprodução e manutenção das violências de gênero e de suas consequências. Segundo o sociólogo, as aprendizagens tradicionais às quais os meninos são expostos desde a infância promovem ideias de que a “masculinidade verdadeira” está ligada à força, ao controle e à invulnerabilidade. Portanto, a desconstrução das masculinidades hegemônicas e a promoção de formas alternativas de expressão masculina são aspectos centrais para a construção de novas formas de ser-no-mundo, desvinculadas da assimetria de poder e estereótipos de gênero.

De acordo com Welzer-Lang (2001), os homens são inseridos e julgados no processo de ensino e aprendizagem pelos próprios homens. Esse processo é denominado, por ele, como a “casa-dos-homens”, em que são estabelecidos os pressupostos necessários para a construção do masculino ideal em uma coletividade fraternal, estipulando as regras, ritos, movimentos e reações. Nessa passagem obrigatória de socialização, é expressa a aversão necessária aos aspectos que se distinguem desse êxito, ou seja, a feminilidade. Sendo assim, aqueles que se distanciam das normas cristalizadas do masculino se aproximam do ser-mulher, lidos por eles como fracos e “não homens”, pejorativamente classificados como “veados”.

Por essa razão, sem a intenção de justificação dos atos, o próprio autor de violência, em diferentes graus, inflige sofrimento a si ao reproduzir essas práticas e comportamentos padronizados (Hooks, 2004). Nesse sentido, Bell Hooks (2004) acrescenta que a internalização desses estereótipos limita a expressão emocional e dificulta a construção de conexões interpessoais saudáveis. A pressão para se adequar a esses padrões impacta o bem-estar emocional dos homens e a qualidade de suas relações sociais, perpetuando a misoginia e os ciclos de agressividade como modelos ideais.

Portanto, homens que almejam alcançar a masculinidade patriarcal veem a violência como parte central de sua identidade, primeiramente dirigida a si e posteriormente aos outros. Essa construção é sustentada por um processo educativo que associa virilidade à força e ao domínio, incentivando a repressão de vulnerabilidades e a exaltação da agressividade. Ao tentar atender a esses padrões, os homens vivenciam um sofrimento psíquico contínuo, fruto da pressão para provar sua virilidade e da desconexão emocional imposta pela sociedade. Assim, a masculinidade idealizada perpetua ciclos de dor e isolamento (Welzer-Lang, 2001).

Sendo assim, em consonância com a Política Nacional de Enfrentamento à Violência, é necessário abordar as violências inserindo dimensões em torno da prevenção, assistência e assecuração de direitos (Brasil, 2012). Desse modo, faz-se imprescindível uma desconstrução crítica das masculinidades patriarcais e construção de masculinidades feministas. Segundo Butler (2021), para consolidar o enfrentamento, é essencial articular políticas de atos não violentos. Isso implica despir-se de ideias morais, individuais e ético-normativas e reconhecer os “outros” em suas dimensões únicas como dignos de seus direitos, visando à promoção da equidade e à resistência à destruição.

De acordo com Paulo Freire (1987), a construção de uma educação crítica, que incentive questionamentos, reflexões e diálogos, é essencial para desenvolver a consciência dos indivíduos. Esse processo permite uma educação emancipatória, voltada para a transformação das estruturas sociais e a promoção de mudanças significativas na forma como as relações e práticas sociais são construídas e vivenciadas. Nesse sentido, corroborando as ideias de Hooks (2018), apenas por meio da educação e das práticas não violentas será possível compreender e estabelecer uma liberdade desvinculada das amarras sociais, que visem produzir formas empáticas e respeitosas de ser-no-mundo.

Posto isso, o objetivo deste trabalho é analisar como práticas educativas direcionadas à conscientização das relações de gênero entre homens autores de violência podem contribuir para a redução da reincidência dos ciclos de violência. Para isso, a pesquisa visa investigar quais intervenções educativas, no contexto de conscientização sobre as relações de gênero, são aplicadas com homens autores de violência no Brasil, a partir das produções acadêmicas; verificar os principais fatores que contribuem para a reincidência da violência doméstica e familiar, bem como identificar os principais impactos das práticas educativas na mudança dos comportamentos violentos e na (re)construção das masculinidades.

O trabalho será estruturado em três partes principais. A metodologia descreverá o referencial teórico utilizado e a abordagem empregada na construção da pesquisa ao longo do seu desenvolvimento. Em seguida, os resultados e discussões apresentarão as análises qualitativas, articulando os dados obtidos com o referencial teórico trabalhado. Por fim, as considerações finais trarão um fechamento do estudo, destacando as principais conclusões alcançadas e as contribuições oferecidas pela pesquisa.

Metodologia

Este estudo se deu na forma de pesquisa investigativa bibliográfica de abordagem quali-quantitativa, fundamentada nos pressupostos do referencial teórico feminista. Os estudos bibliográficos caracterizam-se por ser realizados mediante o debruçamento de fontes de pesquisas feitas anteriormente (Gil, 2019). As abordagens qualitativas são definidas por Deslandes e Minayo (2007) como o aprofundamento subjetivo no que corresponde aos significados nos valores, relações, crenças e abordagem quantitativos; por outro lado, baseiam-se nos aspectos da quantificação dos dados coletados e observados.

Para isso, foi utilizada a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), disponibilizada no Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), que constitui o maior acervo nacional de teses e dissertações. As buscas foram desenvolvidas através da utilização dos descritores: “autor de violência” (todos os campos) and “psicologia” (todos os campos) and “educação” (todos os campos). Os critérios de inclusão foram: a) delimitação de tempo entre 2019 e 2024; b) inserção na BDTD; c) recorte temático relacionado à educação, violência de gênero,

psicologia e comportamento de homens autores de violência; d) escrito em língua portuguesa.

A partir da coleta das produções acadêmicas, foi realizada uma tabulação dos dados. O processo de análise incluiu uma leitura flutuante das teses e dissertações, com o intuito de identificar o número de trabalhos publicados, abordagens metodológicas e resultados apresentados nas pesquisas, permitindo uma visão crítica sobre as práticas educativas voltadas à conscientização de gênero. Além disso, buscou-se contribuir com novas perspectivas para a redução da reincidência de violência doméstica por meio da educação de homens autores de violência.

Bases epistemológicas para a reconstrução das masculinidades: leituras críticas da violência de gênero

Durante a pesquisa, foram levantadas 133 produções científicas na BDTD a partir dos descritores especificados. Destas produções, conforme a filtragem dos critérios estabelecidos, permaneceram cinco teses e dissertações, sendo uma delas repetida, resultando, portanto, em três dissertações e uma tese. No que diz respeito aos territórios de origem das produções, duas foram escritas em São Paulo, uma em Mato Grosso e uma no Paraná. Esses estudos revelam temas recorrentes, como: a naturalização da violência pelos homens que a praticam, as masculinidades como um fator que reforça comportamentos agressivos e a ausência de educação sexual direcionada aos homens autores de violência, sendo os temas centrais de discussão abordados no presente trabalho.

Para melhor elucidação, será apresentado um breve resumo dos estudos levantados. O primeiro estudo, escrito por Sabrina Silva em 2019, intitulado “A educação sexual formal/informal dos autores de violência sexual contra crianças e adolescentes: contribuições da teoria psicanalítica”, caracteriza-se por uma abordagem quali-quantitativa à luz da psicanálise. Seu objetivo foi investigar os conhecimentos que influenciaram o processo de educação sexual dos homens autores de violência. Em seguida, a dissertação “A atuação do psicólogo com homens autores de violência: alcances e desafios”, de Raquel Auler (2020), adota uma metodologia quantitativa, baseada em entrevistas semiestruturadas com psicólogos que trabalham com grupos de homens que praticaram violência.

A pesquisa de mestrado “Crenças disfuncionais e pensamentos distorcidos em autores de violência sexual”, de Olga de Santana (2022), utilizou uma metodologia empírica, descritiva e de caráter transversal para investigar, no sistema prisional, as crenças disfuncionais e distorções cognitivas presentes em homens autores de violência sexual, especificamente aqueles que cometeram estupro. Por fim, o último estudo, uma tese de doutorado de Luã Dantas (2024), intitulado “Raciocínio moral de autores de violência doméstica contra as mulheres”, empregou a metodologia qualitativa com entrevistas semiestruturadas baseadas no método de Kohlberg, Moral Judgment Interview, para analisar o raciocínio moral de homens que cometeram violência doméstica.

Dito isso, a pesquisa de Auler (2020) mostra como muitos dos homens autores de violência não se percebem como criminosos, conforme os psicólogos facilitadores de grupos, evidenciando, assim, a naturalização da violência e/ou falta de percepção sobre os próprios comportamentos e a consequência deles. Da mesma forma, na tese de Dantas (2024), muitos dos homens que participaram dos grupos negavam as acusações ou minimizavam os fatos e suas consequências, utilizando isso como um mecanismo para se eximirem da culpa ou se apresentarem como vítimas de injustiça, na tentativa de reafirmarem a imagem de “cidadãos de bem”.

Esses fatos podem ser expressos por Bell Hooks (2004) quando reflete os relatos do terapeuta familiar Tarrence Real, que afirma que a violência não é meramente um subproduto das relações interpessoais entre os meninos no curso de seu desenvolvimento. Mas, em vez disso, a violência é, constantemente, apresentada como a forma primordial de interação entre eles. Hooks argumenta que, por meio da reprodução de atos violentos, ocorre a transição de meninos para homens em uma lógica patriarcal, reforçando a ideia de que a violência é intrínseca às expressões da masculinidade.

A perpetuação desses comportamentos, assim como a desconexão emocional que frequentemente os acompanha, não deve ser vista apenas como uma consequência, mas também como parte integrante da masculinidade normativa nas relações patriarcais (Hooks, 2004). Nesse contexto, sendo essas masculinidades construções sócio-históricas, a pesquisa de Dantas (2024) revela o quanto os ideais morais estão profundamente interligados às aprendizagens dos comportamentos e justificados por elas, visto que todos os entrevistados autores de violência se enquadram no

terceiro estágio do desenvolvimento moral. Segundo a teoria de Kohlberg, esse estágio se caracteriza pela conformidade aos padrões e estereótipos impostos pela sociedade, na tentativa de agradar.

Esse aspecto reforça as ideias de Saffioti (2015), que argumenta que a violência contra as mulheres não é um fenômeno isolado, mas sim uma consequência estrutural profundamente enraizada em um sistema patriarcal que organiza as relações sociais de poder. Segundo a autora, esse sistema não apenas mantém desigualdades de gênero, mas também legitima e normaliza práticas de violência como instrumentos de controle e dominação masculina. Nesse contexto, a violência deixa de ser um ato puramente individual e se configura como um mecanismo coletivo que visa à manutenção das hierarquias de poder, perpetuando, assim, uma cultura de opressão e subordinação.

A pesquisa de Santana (2022), por sua vez, revela não haver diferenças significativas em torno das crenças disfuncionais de agressores sexuais intrafamiliares e extrafamiliares, sugerindo, a partir disso, uma correlação com as perspectivas levantadas por Judith Butler (2019), que considera que os comportamentos são diretamente influenciados por valores culturais patriarcais, manifestados por performances sociais. Desse modo, todos os sujeitos inseridos na estrutura podem ser passíveis desses comportamentos.

Sendo assim, a ideia culturalmente enraizada do “monstro desconhecido” que ataca crianças contribui para a demonização e o distanciamento real de quem são os homens autores de violência, o que, por sua vez, compromete a proteção das vítimas. Confirmando esses aspectos, o 18º Anuário Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2024) revela que 64% dos estupros de vulneráveis são perpetrados por agressores pertencentes ao núcleo familiar, e, em relação ao local da violência, 64,7% dos casos das violências ocorreram no ambiente domiciliar.

Esses aspectos podem ser analisados à luz do pensamento de Judith Butler (2022), que aponta como a perpetuação da violência expressiva contra determinados grupos e categorias humanas reflete uma exclusão sistemática. Muitas vezes, esses grupos encontram-se desprotegidos pelo próprio regime de direitos humanos, que deveria assegurar sua proteção e existência. Silenciosa para os grupos dominantes, mas estatisticamente evidente e culturalmente autorizada, essa autorização de atos violentos transmite uma mensagem implícita. Assim, antes mesmo dos atos de violência em si, existe

uma cultura que legitima e sustenta essas ações contra indivíduos que, frequentemente, não são considerados dignos de luto.

A pesquisa de Silva (2019) destaca que a falta de percepção dos próprios atos por parte de homens autores de violência está diretamente associada à ausência de um suporte educativo adequado. Os discursos analisados revelaram uma carência de orientações sobre educação sexual tanto no âmbito familiar quanto escolar, indo além das noções restritas ao sexo e às doenças sexualmente transmissíveis. Esses fatores tornam-se ainda mais evidentes ao se considerarem as influências religiosas, pois 96% dos participantes se declararam católicos ou evangélicos. Apesar disso, 41% afirmaram não reconhecer em seus comportamentos nenhuma ação que se desvie dos ensinamentos religiosos.

Nesse contexto, destacam-se as ideias notáveis de Bell Hooks (2018), inspiradas por Paulo Freire (1987), que enfatizam que a educação como prática revolucionária da liberdade é essencial para a construção de novas realidades. Essa perspectiva aponta para a necessidade de promover novas masculinidades alinhadas aos ideais feministas. Assim, só serão possíveis avanços que culminem na minimização da violência como ferramenta de poder por meio da implementação de políticas públicas que fomentem práticas educativas voltadas à educação sexual e às reflexões sobre o gênero.

Entretanto, é importante evitar generalizações, reconhecendo que nem todos os indivíduos estão inseridos ou reproduzem os estereótipos rígidos, especialmente aqueles baseados em concepções dualistas de homem x mulher. Não se trata de considerar os homens como inimigos das mulheres ou os únicos responsáveis por comportamentos violentos, mas de compreender a totalidade das estruturas patriarcais e sexistas que sustentam essas dinâmicas (Hooks, 2019). Por essa razão, é necessário que todos os sujeitos se comprometam com a transformação dessas estruturas, promovendo mudanças profundas e coletivas.

Considerações finais

A partir disso, confirma-se que, no território brasileiro, há uma deficiência significativa de iniciativas voltadas à construção de conhecimento e à intervenção junto a homens autores de violência. Esse déficit pode ser explicado, em parte, pelo estigma que recai sobre esse grupo como objeto de pesquisa, além da dificuldade de acesso a tais intervenções, seja por

questões relacionadas ao trâmite judicial ou pela resistência dos próprios indivíduos. Ademais, as pesquisas apontam que a principal força motriz para a naturalização da violência e a possibilidade de reincidência reside na estrutura social em que se está inserido.

Além disso, torna-se evidente que a educação é uma ferramenta essencial para promover mudanças em relação às violências de gênero. Desde a infância, observa-se a perpetuação de estereótipos rígidos e específicos que buscam enquadrar indivíduos em um modelo considerado “ideal”. Nesse contexto, torna-se necessária a desconstrução e superação desses estereótipos, bem como a implementação de políticas públicas que abordem temas como a educação sexual e de gênero. Esses fatores são especialmente importantes diante da escassez de contato com essa temática, fator que pode contribuir para a minimização de indivíduos que procurem desenvolver comportamentos associados à violência como ferramenta de poder.

Vale ressaltar que, até o momento, não foram realizadas análises de longo prazo com homens autores de violência após a participação em práticas educativas. No entanto, de acordo com depoimentos de psicólogos que atuam com esses homens em grupos, há evidências claras de transformação, especialmente no que diz respeito à desconstrução das ideias homogêneas e ao contato com as próprias emoções, elevadas pelo processo psicoeducativo. Por essa razão, conclui-se que a construção de novas intervenções e pesquisas nesse sentido pode ser fundamental para a conscientização das relações de gênero, possibilitando a redução da reincidência dos ciclos de violência.

A construção de um futuro menos violento requer que se encare o problema de forma holística, compreendendo que mudanças estruturais na sociedade dependem de ações coletivas e individuais. Dessa forma, investir na educação, na pesquisa e na criação de espaços de reflexão e diálogo é um meio de transformar realidades e construir uma convivência mais justa, respeitosa e igualitária. Por fim, é essencial que se continue a questionar e reformular práticas e crenças que perpetuam a desigualdade e a violência, reafirmando o compromisso coletivo com a construção de uma sociedade livre de opressões.

Recebido em: 08/04/2025

Revisado em: 13/05/2025

Aprovado em: 25/06/2025

Notas

1 Especialista em Terapia Cognitiva Comportamental (TCC) pela Faculdade de Ensino Regional Alternativa (FERA). Graduada em Psicologia pelo Centro Universitário Tiradentes (UNIT-AL). E-mail: yslariane.nbs714@gmail.com.

2 Doutor em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Alagoas (PPGE/UFAL). Graduado em Filosofia. E-mail: darlan.nlourengo@gmail.com.

Referências

AULER, Raquel. **A atuação do psicólogo com homens autores de violência**: alcances e desafios. 2020. 115 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia da Saúde) – Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2020.

BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 8 ago. 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm. Acesso em: 2 jul. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas. **Prevenção e tratamento dos agravos resultantes da violência sexual contra mulheres e adolescentes**: norma técnica. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/prevencao_agravo_violencia_sexual_mulheres_3ed.pdf. Acesso em: 2 jul. 2025.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Tradução: Renato Aguiar. 18. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

BUTLER, Judith. **A força da não violência**: um vínculo ético-político. Tradução: Heci Regina Candiani. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

BUTLER, Judith. **Desfazendo gênero**. Tradução: Alécia Bretas *et al.* São Paulo: Editora Unesp, 2022.

CONNELL, Robert; MESSERSCHMIDT, James. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. **Rev. Estud. Fem.**, v. 21, n. 1, p. 241-282, jan./abr. 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2013000100014>. Acesso em: 2 jul. 2025.

CRENSHAW, Kimberle W. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. In: **Cruzamento**: raça e gênero. Painel 1. Brasília: Unifem, 2004. p. 7-16.

DANTAS, Luã Carlos Valle. **Raciocínio moral de autores de violência doméstica contra as mulheres**. 2024. 127 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2024.

DESLANDES, Suely Ferreira; MINAYO, Maria Cecília de Souza (orgs.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 6. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP). **18º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: FBSP, 2024. Disponível em: <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/handle/123456789/253>. Acesso em: 6 jul. 2025.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

HOOKS, Bell. **The will to change**: men, masculinity, and love. New York: Atria Books, 2004.

HOOKS, Bell. **O feminismo é para todo mundo**: políticas arrebatadoras. Tradução: Ana Luiza Libânio. 1. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

HOOKS, Bell. **Teoria feminista: da margem ao centro**. Tradução: Rainer Patriota. 1. ed. São Paulo: Perspectiva, 2019.

KYRILLOS, Gabriela. Uma análise crítica sobre os antecedentes da interseccionalidade. **Rev. Estud. Fem.**, v. 28, n. 1, p. 1-12, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/zbRMRDkHJtkTsRzPzWTH-4Zj/?lang=pt>. Acesso em: 2 jul. 2025.

SAFFIOTI, Heleieth. Já se mete a colher em briga de marido e mulher. **Rev. São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 13, n. 4 p. 82-91, 1999. Disponível: <http://www.scielo.br/pdf/spp/v13n4/v13n4a08.pdf>. Acesso em: 2 jul. 2025.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado e violência**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015. Disponível em: https://fpabramo.org.br/publicacoes/wp-content/uploads/sites/5/2021/10/genero_web.pdf. Acesso em: 2 jul. 2025.

SANTANA, Olga Adoracion Leiva Cabelho de. **Crenças disfuncionais e pensamentos distorcidos em autores de violência sexual**. 2022. 158 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Educação, Cuiabá, 2022.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Rev. Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez., 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>. Acesso em: 2 jul. 2025.

SILVA, Sabrina do Amarilho Gaspar. **A educação sexual formal/informal dos autores de violência sexual contra crianças e adolescentes: contribuições da teoria psicanalítica**. 2019. 180 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão, 2019.

WELZER-LANG, Daniel. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. **Rev. Estudos Feministas**, v. 9, n. 2, p. 460-482, 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2001000200008>. Acesso em: 2 jul. 2025.